

GARANTIR SEGURANÇA E INTEGRIDADE AO CIDADÃO, CENTRANDO AÇÕES NA INFORMAÇÃO, NA INTELIGÊNCIA, NA PREVENÇÃO E NO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

1. PROTEÇÃO À SOCIEDADE

1.1 PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – PLANESP

Concluído em dezembro de 2007, considerando seu aprimoramento e adequação ao Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, visa definir diretrizes e estratégias necessárias à prevenção e ao combate à criminalidade, tendo como prioridade a inclusão de ações sociais ao sistema de segurança pública.

O Planesp é delineado por meio de duas diretrizes:

- Modernização das Organizações e Valorização do Servidor do Sistema Policial.
- Redução da Violência e da Insegurança.

Nelas, são contemplados sete programas:

- A integração da atividade policial;
- A modernização administrativa das instituições policiais;
- A melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos policiais;
- O fomento dos processos de participação da comunidade na gestão da segurança pública, visando à inclusão social com cidadania;
- A redução da criminalidade e o aumento da percepção de segurança;
- O combate à corrupção e à violência policial;
- O fortalecimento da perícia criminal e das atividades de bombeiros militares.

E, nesses programas, algumas das ações podem ser citadas:

- Integração mais efetiva do servidor policial nas linhas de crédito habitacionais do Estado;

- Capacitação de servidores policiais, com prioridade para as áreas de direitos humanos, gestão, tecnologia, investigação, defesa pessoal e tiro policial;
- Integração com as universidades para desenvolvimento da pesquisa científica em segurança pública;



- Reestruturação do fundo especial de aperfeiçoamento dos serviços policiais, com vistas à melhoria da arrecadação;
- Criação do fundo especial de aperfeiçoamento dos serviços de bombeiros e defesa civil;
- Ampliação do número de vagas do sistema prisional, para, prioritariamente, permitir a retirada de custodiados das delegacias de polícia, como forma de preservação das garantias constitucionais dos presos e ampliação da eficiência da polícia judiciária;
- Implantação de modelo de gestão integrada da inteligência policial;
- Aperfeiçoamento do programa de polícia comunitária de segurança pública, realizando a sua integração de maneira eficaz.

No dia 20/12/2007, o Governo Federal apresentou em Salvador as linhas de ação do Pronasci/Brasil, que têm por objetivo a prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública com políticas sociais, por meio da integração entre União, Estados e Municípios, atendidas as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública – Susp, sendo o programa dividido em quatro eixos de ações:

- Políticas públicas e ações para a recomposição do tecido social;
- Políticas públicas e ações de amparo ao adolescente em conflito com a lei;
- Políticas públicas e ações voltadas à segurança pública;
- Políticas públicas e ações de direitos humanos e cidadania e de reestruturação e humanização do sistema prisional.

Na Bahia, foram selecionadas seis áreas de atuação:

- Centro Histórico (Pilar e Taboão); Alagados/São Bartolomeu e Pirajá; São Cristóvão e Tancredo Neves – em Salvador; e
- Camaçari e Lauro de Freitas (Itinga), na Região Metropolitana.

A Coordenação Geral do Pronasci/Bahia é presidida pelo secretário da Segurança Pública e, à Superintendência de Gestão Integrada da Ação Social – Siap coube a coordenação e a execução das ações relativas ao eixo das ações voltadas à segurança pública.

1.2 GEOPROCESSAMENTO DE ATIVIDADES ILÍCITAS

Já é uma realidade no Estado da Bahia o geoprocessamento dos dados relativos às atividades criminosas no Estado. Utilizando-se de *softwares* avançados e aparato tecnológico de última geração, os organismos policiais estão conseguindo mapear as áreas críticas da cidade, correlacionando-as com as principais atividades ilícitas desenvolvidas, buscando apresentar um diagnóstico preciso da criminalidade em todo o Estado. A correlação entre as áreas, suas atividades criminosas e periodicidade, permitem aos organismos de segurança pública antecipar as ações preventivas como forma de inibir a ação cada vez mais audaciosa dos criminosos.

Com o apoio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder e da Superintendência de Inteligência/SSP, as Áreas Integradas de Segurança Pública, que consistem na atuação integrada da Polícia Civil e Polícia Militar, estão devidamente geoprocessadas, permitindo aos comandantes (Polícia Militar – PM) e delegados (Polícia Civil – PC) o conhecimento exato das áreas da cidade que estão sob sua responsabilidade.

1.3 VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

As câmeras de vigilância são recursos tecnológicos muito eficientes no auxílio das atividades de policiamento ostensivo. Com um só equipamento é possível cobrir uma grande área, com visibilidade de até 800 metros de distância, o que auxilia sobremaneira o trabalho da polícia.

No Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, as câmeras de segurança já vêm sendo utilizadas há dois anos e têm permitido resultados expressivos, principalmente no combate ao tráfico de drogas e a crimes contra turistas, principais ocorrências do local.

Esta tecnologia também vem sendo muito bem empregada no carnaval de Salvador e em outras festas populares, com resultados bastante satisfatórios. Não existem dados comparativos relacionando o número de ocorrências registradas em função da utilização das câmeras. No entanto, o seu emprego tem proporcionado às polícias o desenvolvimento de ações preventivas no intuito de reduzir as ocorrências no circuito carnavalesco, incluindo o remanejamento dos policiais para os pontos críticos e a redução de situações de risco para os

foliões, dentre outras. A presença das câmeras no circuito inibe a ação dos marginais e possibilita um maior controle visual dos eventos.

A Superintendência de Telecomunicações – Stelecom dispõe atualmente de 35 câmeras para atender às necessidades do policiamento no Estado, e iniciativas neste sentido já estão sendo verificadas nos municípios de Vitória da Conquista e Jequié.

Um projeto piloto na capital prevê a instalação de 16 câmeras de vídeo na Avenida Manoel Dias da Silva, no bairro da Pituba, contando com a integração do Serviço de Inteligência – SI, Stelecom e PM, com viaturas rastreadas por Sistema de Posicionamento Global – GPS, por meio de informações da Central Única de Telecomunicações – Centel e SI *on line*, facilitando a consulta de dados e o deslocamento mais rápido das viaturas. O projeto vai ter duração de dois meses e a central de monitoramento será instalada na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar – CIPM, na Pituba.

Devido aos custos de implantação e às limitações de caráter técnico, o projeto não foi realizado. No entanto, a SI solicitou à Stelecom a instalação, em caráter provisório, de quatro câmeras nessa região, utilizando cabeamento coaxial (até 300m), para permitir a realização de operações policiais no local. Como o resultado foi bastante satisfatório, as câmeras

permanecem instaladas na Av. Manoel Dias, sendo o monitoramento executado por policiais da 13ª CIPM.

A criação do Sistema de Inteligência de Segurança Pública da Bahia, consoante preconizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, juntamente com as Agências de Inteligência da Polícia Civil, do Departamento de Polícia Técnica – DPT e do Sistema Prisional, representa a tentativa de cobrir todo o território baiano com capilaridade suficiente para o fluxo contínuo de informações de interesse da Segurança Pública. Foi apontado na reunião do Conselho de Segurança Pública do Nordeste – Consene que a Secretaria da Segurança Pública da Bahia – SSP/BA integraria o Sistema de Inteligência do Nordeste, havendo troca de informações, bancos de dados e disponibilização de policiais para participar de operações em outros Estados do Nordeste.

1.4 AÇÕES INTEGRADAS

Proteção à Criança e ao Adolescente – Acordo de cooperação técnica entre o Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Salvador, o Poder Judiciário Estadual, Conselhos Tutelares e a SSP, por intermédio das Polícias Civil e Militar, com o objetivo de cumprir os arts. 3º, 4º e 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que busca prevenir de ameaças e violações dos direitos da criança e do adolescente.



Tranquilidade Noturna – Grupo multidisciplinar formado por setores da Prefeitura de Salvador (Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Sesp, Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo – Sucom e Superintendência de Engenharia de Tráfego – SET) e pela SSP, por intermédio da PM, PC e Superintendência de Gestão Integrada da Ação Social – Siap, que coordena os trabalhos. O objetivo é reprimir o tráfico de drogas, infrações de trânsito, comércio irregular, poluição sonora e quaisquer outros atos que possam violar a paz e tranquilidade durante as madrugadas, nos finais de semanas, por meio de rondas noturnas pela cidade.

Assaltos a Coletivos – As reuniões do Grupo de Trabalho contra Roubo em Coletivos – Gerrc, vêm sendo desenvolvidas desde 2004, sempre com frequência mensal. As reuniões foram retomadas este ano, a partir de abril, contando com a participação de membros do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Salvador – Setps, Superintendência de Transporte Público – STP, Superintendência de Engenharia de Tráfego – SET, Sindicato dos Rodoviários, Stelecom, Gerrc (Polícia Civil), Operação Gêmeos (Polícia Militar), Operação Jericó (Polícia Militar), sempre coordenada pela Siap, apresentando resultados significativos, como:

- Padronização dos logotipos afixados nos ônibus, contendo os telefones do Centel, Gerrc e Setps;
- Plotagem do número de identificação dos ônibus na parte superior, para visibilidade por parte do Grupamento Aéreo da Polícia Militar;
- Instalação de câmeras de monitoramento nas principais estações de transbordo (Estação Pirajá, Estação Iguatemi e Estação Mussurunga);
- Estudo georreferenciado dos pontos de ônibus da cidade de Salvador e os locais e linhas mais assaltadas;
- Instalação de câmeras em toda a frota de ônibus da capital e Região Metropolitana (80% já foram instaladas, na capital) para inibir a ação dos assaltantes, bem como identificá-los caso pratiquem os assaltos;
- Aumento significativo das prisões desencadeadas pelo Gerrc, Operação Gêmeos e Operação Jericó, devido à atuação mais efetiva destes grupos e das informações compartilhadas pelo grupo de estudo;
- Implantação da bilhetagem eletrônica, que reduz significativamente a circulação de dinheiro dentro dos ônibus; e
- Criação e implantação de postos destacados do Gerrc nas

principais estações de transbordo de Salvador e em alguns bairros da cidade, como forma de facilitar o deslocamento dos passageiros e veículos assaltados.

Pesquisas de Interesse para a Segurança Pública – O Edital Temático de Segurança Pública integra o Programa de Apoio às Políticas Públicas, que incentiva o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria das condições de vida da população, sintetizando o direcionamento da política de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, no sentido de viabilizar projetos que apliquem o conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa na solução de problemas enfrentados pela sociedade baiana.

Em 2007, foi lançado o Edital Temático de Segurança Pública, cujo foco é financiar projetos de pesquisa que visem a contribuir para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública. Foram alocados para este edital recursos financeiros não-reembolsáveis no valor total de R\$ 500 mil, cujo resultado será divulgado em 2008.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb fortaleceu o elo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, mantendo parcerias em diversas ações na área, tais como:

- Fortalecimento da parceria com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, por intermédio da Superintendência de Ações Integradas e da Secretaria de Planejamento Estratégico, Projetos e Ensino;
- Formação de um Comitê de Segurança Pública com o objetivo de discutir o planejamento de ações e diretrizes de interesse na área, incluindo o Edital de Segurança;
- Estímulo à formação de núcleos, grupos de pesquisadores e as próprias organizações de segurança pública para o desenvolvimento de pesquisas científicas na área, que apontem em direção à ampliação de possibilidades e eficiência das ações das organizações de segurança pública;
- Ampliação de linhas de pesquisa nos respectivos editais, de acordo com as demandas e necessidades levantadas pela Secretaria da Segurança Pública;
- Articulação com a Academia da Polícia Militar da Bahia para apoio ao Departamento de Pesquisa, Ensino e Extensão em atividades de pesquisa;
- Articulação com o Departamento de Polícia Técnica da

Secretaria da Segurança Pública para fortalecimento do grupo de pesquisa e apoio nas atividades desenvolvidas;

- Apoio na realização de seminários e *workshops* de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior;
- Apoio a publicação de livros e artigos científicos na área;
- Análise e avaliação de projetos por consultores *ad hoc* de fora do Estado;
- Realização de seminário interno de acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados nos editais;
- Atendimento à comunidade científica e acadêmica quanto à disponibilidade e formas de apoio, sensibilização e mobilização para realização de projetos na área;
- Divulgação dos projetos de pesquisa na mídia, meio acadêmico, jornalístico, nas organizações do sistema de segurança pública e nos jornais de CT&I;
- Apoio na criação de grupos de pesquisa inter e multidisciplinar para atualização e sugestão de temas de pesquisa na área; e
- Apoio na elaboração de projetos que busquem fomento à pesquisa em segurança pública.

Ações Integradas com outros Estados – A SSP vem desenvolvendo ações conjuntas com Secretarias de Segurança de outros Estados, com o objetivo de combater o crime organizado de forma integrada. Dentre as diversas operações desenhadas em 2007 podem ser citadas:

- Operação Carro Fantasma – em conjunto com a SSP do Estado do Rio de Janeiro;
- Operação para erradicação da maconha no leito do Rio São Francisco – parceria com as SSP dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas;
- Repressão à subtração de caixas eletrônicos – em conjunto com a SSP do Estado do Espírito Santo; e
- Repressão a seqüestros – parceria com a SSP do Estado de Alagoas.

1.5 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A retomada da filosofia de Policiamento Comunitário representa uma importante iniciativa para a redução dos índices de criminalidade. Integrando esse processo, foi realizada, no dia 1º de outubro, a 1ª Teleconferência Estadual sobre Policiamento Comunitário e, entre os dias 24 e 26 do mesmo mês, ocorreu o Seminário Nacional de Polícia Comunitária, em Salvador, numa parceria entre a SSP e a Senasp. O evento

contou com a participação de 550 profissionais ligados à segurança pública e gestão comunitária.

Ainda sob essa ótica, um grupo formado pela Polícia Militar e a Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança está percorrendo o Estado, visando à sensibilização das comunidades para a criação de Conselhos Comunitários, o que contribui significativamente para este processo de retomada. Em 2007, foram criados os Conselhos Comunitários de Segurança Pública de Valéria, Paripe, Trancoso, Cosme de Farias, Arraial D'Ajuda, Porto Seguro, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Ibiá, Barra do Rio Grande, Itinga, Santo Amaro, Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Jucuruçu, Península de Itapagipe, Itacaré, Jeremoabo, Caetité, Feira de Santana, Jequié e Juazeiro, totalizando 24 Conselhos Comunitários.

Também foi implantado o Projeto de Olho na Rua, que tem como principal atividade a implantação de sistemas de rádio com canal de comunicação entre a PM e condomínios. Em 2007, foram instalados sistemas em 19 condomínios, com 140 funcionários treinados.

1.6 TELEFONE CELULAR EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS

A Secretaria da Segurança Pública desenvolveu um estudo sobre a viabilidade da restrição do uso de celulares no interior das agências bancárias. Esta medida busca inibir a modalidade criminosa conhecida como "saidinha bancária". Com base nas experiências obtidas pela Polícia Nacional da Colômbia, o estudo estabelece mecanismos que se antecipam a estas situações de risco, como, por exemplo, a proibição do uso de celulares no interior de agências bancárias. Tal providência objetiva impedir que os "olheiros" prestem informações a pessoas que estejam do lado de fora das agências, com a intenção de furtar ou roubar os usuários do banco.

1.7 MECANISMOS DE DESEMPENHO DE UNIDADES POLICIAIS

Encontra-se em andamento estudo a ser apresentado às unidades policiais visando ao estabelecimento de indicadores a serem implementados em unidades policiais civis e militares, sendo eles:

- Indicadores PM – Quantitativo, por policial, de abordagem a veículos e pessoas suspeitas; quantitativo de apreensão de substâncias entorpecentes, armas, veículos subtraídos e irregulares; e abordagem a coletivos. Aplicação de proporcionalidade entre número de policiais existentes em uma determinada região com os índices de criminalidade da área.
- Indicadores PC – Número de investigações instauradas e relatadas; índices de identificação de autoria, por unidade policial e por autoridade policial, visando extrair dados quantitativos e qualitativos das investigações conduzidas.

1.8 LEGISLAÇÕES PROPOSTAS

Criação do Gabinete de Gerenciamento de Crises – Considerando-se a necessidade de se dispensar tratamento estratégico e doutrinário para situações de crises que possam gerar consequências sérias ou trágicas, foi elaborada minuta de decreto, criando, na estrutura organizacional da SSP, o Gabinete de Gerenciamento de Crises, subordinado diretamente ao secretário da Segurança Pública, com a finalidade de gerenciar as mais variadas crises no campo de ação dos órgãos de segurança pública do Estado.

O Gabinete será formado por três núcleos distintos:

- Núcleo de Gerenciamento de Crises com Reféns e Situações de Risco – NGCR, responsável pela condução de eventos críticos com reféns e situações de risco de morte envolvendo pessoas;
- Núcleo de Gerenciamento de Conflitos Agrários – NGCA, responsável pelos conflitos que envolvem as disputas agrárias das mais variadas naturezas; e
- Núcleo de Gerenciamento de Crises em Estabelecimentos Prisionais – NGCEP, responsável pelas rebeliões e motins nos estabelecimentos prisionais decorrentes da ação violenta dos detentos.

O Gabinete de Gerenciamento de Crises será presidido pelo secretário da Segurança Pública e integrado pelas seguintes autoridades: subsecretário da Segurança Pública; comandante-geral da Polícia Militar; delegado-chefe da Polícia Civil; coordenador de Operações de Bombeiros Militar; superintendente de Assuntos Penais da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; e chefe da Casa Militar. Quanto aos representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, terão participação facultativa, devendo ser convidados pelo

presidente do Gabinete e indicados pelo procurador-geral de Justiça e pelo presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente.

Identificada a abrangência do evento, o Gabinete de Gerenciamento de Crises poderá convidar outras instituições, inclusive externas, das esferas federal, estadual e municipais, relacionadas com aquele tipo de problema conjuntural, para se integrarem ao Gabinete de Crises, de acordo com a necessidade.

Restrição de horário de funcionamento de bares – Baseado em informações estatísticas e levantamentos do Serviço de Inteligência, foi verificado pela SSP que a maior parte dos homicídios ocorridos na cidade de Salvador está diretamente ligada ao funcionamento de bares durante a noite. A venda de bebidas alcoólicas durante o período noturno constitui um dos principais fatores que estimulam a prática desses delitos. Para tanto, visando reduzir estes índices de criminalidade, foi elaborado anteprojeto de lei que disciplina o horário de funcionamento de bares nas regiões mais críticas da cidade, durante o período noturno.

1.9 GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA – GGI

O GGI foi criado pelo Decreto Estadual nº 9.335, de 22 de fevereiro de 2005, tendo o seu Regimento sido aprovado na Reunião de Instalação que ocorreu no dia 29 de março de 2005, sendo oficializado o ato pela Portaria nº 241, de 6 de abril de 2005.

Integrado pelas autoridades e comandos dos órgãos ligados à segurança pública em cada nível, funcionará como um local para discussão conjunta dos problemas, intercâmbio de informações e aprovação de estratégias comuns de atuação, constituindo-se num espaço, por excelência, para a tomada de decisões estratégicas conjuntas na área.

Com esta iniciativa, está em curso um processo de integração progressiva, também preconizado pelo Susp, facilitando sobremaneira a atuação dos organismos ligados à segurança pública no Estado.

Em 5 de outubro de 2007, por meio do Decreto nº 10.484, ampliou-se o número de membros natos, que passou a contar com os Secretários de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e o de Promoção da Igualdade, objetivando maior participação de Secretarias ligadas ao Pronasci.

A 1ª Reunião, em 2007, teve como pauta a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisp, e a efetivação de convênio com a Polícia Rodoviária Federal para a atuação da PM nas rodovias federais. Ambos os temas foram deliberados e se tornaram uma realidade. As Áreas Integradas foram criadas pela Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, e se encontram em fase final de implantação; e o convênio com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi assinado, facilitando a atuação das forças policiais estaduais nas rodovias federais.

A segunda reunião de 2007 teve como pauta a apresentação dos novos membros natos, a criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações do Pronasci, a situação atual da implantação das Áreas Integradas e a apresentação do primeiro relatório do Pronasci na Bahia, além da cobrança à Secretaria da Saúde sobre a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos – SVO em Salvador, que já está com os equipamentos e veículos adquiridos, restando apenas a reforma do espaço destinado ao serviço, no Hospital Roberto Santos.

1.10 CORREGEDORIA

Buscando-se atender às exigências da Senasp, foi criada uma comissão encarregada do projeto de construção da sede única das corregedorias do sistema correcional da SSP/BA, sendo entregue o relatório conclusivo ao secretário da Segurança Pública em novembro de 2007. O projeto foi encaminhado à Secretaria da Administração – SAEB e à Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, para análise e parecer.

A SAEB disponibilizou, para a SSP/BA construir a sede da corregedoria única, um terreno de 10.000 m², no Centro Administrativo da Bahia.

O acompanhamento dos processos disciplinares em curso na capital e no interior do Estado, em unidades da PM e PC, também vem sendo realizado, para garantir a apuração de todos os procedimentos instaurados.

2. INVESTIMENTOS EM MODERNIZAÇÃO

O destaque é o projeto **Bahia Segura**, contrato firmado em

2005 com o Banco Expansion, da Espanha, com recursos orçamentários para 2007 da ordem de R\$ 61 milhões e composto por cinco subprojetos:

- Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Modernização da Polícia Técnica da Bahia;
- Modernização do Sistema de Telecomunicações;
- Modernização Tecnológica da SSP; e
- Fortalecimento de Operações Policiais Militares.

No subprojeto de Modernização da Polícia Técnica da Bahia foram investidos R\$ 2,3 milhões no fortalecimento da Perícia e R\$ 2,5 milhões na aquisição do Sistema Automatizado Digital de Balística – Ibis-Trax. Tais investimentos estão possibilitando o aperfeiçoamento da prova material e investigação de grupos de extermínio.

No subprojeto de Modernização do Sistema de Telecomunicações foram aplicados R\$ 11,2 milhões na aquisição de equipamentos de radiocomunicação e realização de serviços, dos quais já foram iniciados os referentes à instalação do Sistema Tetra Digital na RMS, e serão brevemente iniciadas as instalações do Sistema Troncalizado na Macrorregião de Feira de Santana e do Sistema VHF Dual em todo o interior do Estado. Tais sistemas permitirão o tráfego de voz a partir de qualquer ponto da Bahia, e a instalação de 23 Centrais Regionais de Comunicações Operacionais, que integrarão não só as polícias, como todos os municípios.



O subprojeto de Modernização Tecnológica da SSP, composto por duas ações: a implantação do Sistema Informático de Gestão Integrada Policial – Sigip; e a instalação do Sistema de Identificação Digital – Afis Criminal e Civil, tem custo total previsto de R\$ 36,2 milhões. Também foram realizados investimentos da ordem de R\$ 4,2 milhões na aquisição de equipamentos, *softwares* e desenvolvimento de aplicativos de TI, para implantação do Sigip, que se encontra com pilotos instalados na fase de teste.

O Sigip tem por finalidade o controle das operações policiais, a gestão dos recursos materiais e humanos e o aperfeiçoamento da inteligência policial. Estrategicamente, este sistema se vale de um amplo intercâmbio de informações com outros sistemas do Estado e da União, como Infoseg, Departamento Estadual de Trânsito – Detran, Recursos Humanos e Compras do Estado, Registro Civil, Telecomunicações, entre outros, ampliando o alcance da atividade investigativa e de gestão policial.

No módulo de operação policial do Sigip, serão realizados os atendimentos das Polícias Civil, Militar e Técnica, no registro das ocorrências, instauração de procedimentos, gestão de custódia, pessoas e objetos de interesse policial, bem como o controle estatístico para análise criminal, além dos procedimentos de corregedoria.

Em outra perspectiva, o Sigip propiciará informações de inteligência policial ao ambiente estratégico para a tomada de decisão, e possibilitará a integração interinstitucional por meio do uso de Tecnologia da Informação – TI. Foi implantado um piloto pela SGT0, em 2007, em três delegacias da capital (Delegacia de Homicídios, Delegacia de Defesa do Consumidor e Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública) e em duas unidades da Polícia Militar (Esquadrão Águia e 18º Batalhão), com acompanhamento direto da Siap. Em 2008 o projeto terá sua implantação definitiva iniciada.

O Afis Criminal, em funcionamento desde junho/2007, tem permitido a integração do banco de dados de criminosos com a Polícia Federal. O Afis Civil, em franco desenvolvimento, já está com seus equipamentos adquiridos, devendo, brevemente, serem instalados no Instituto de Identificação Pedro Melo, postos remotos do Estado e SAC. Nesta ação foram investidos R\$ 16,7 milhões.



No subprojeto Fortalecimento de Operações Policiais Militares foram investidos R\$ 7,2 milhões. O investimento permitiu as operações do Grupamento Aéreo da Polícia Militar, que conta com dois helicópteros e dois motoplanadores, que apesar de terem entrado em operação há bem pouco tempo, já contabilizam grande soma de serviços prestados à comunidade baiana.

Para aumentar a eficiência e a eficácia do Sistema de Segurança Pública por meio da integração entre os serviços afins, foram investidos recursos para aquisição de equipamentos, da ordem de R\$ 9,2 milhões, oriundos de outras fontes, e R\$ 1,5 milhão em reformas de delegacias e unidades administrativas (Quadro 1)

Encontram-se em execução 17 convênios (celebrados em 2005 e 2006) com o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – MJ/Senasp, com recursos já disponibilizados, da ordem de R\$ 7,8 milhões, para investimentos em modernização tecnológica, capacitação de policiais, construção de *stands* de tiro e reequipamento, equipamento e reforma de unidades policiais.

Em 2007, foram encaminhados 14 projetos para celebração de novos convênios, que, analisados pelo corpo técnico do Ministério, foram todos aprovados e estão com recursos disponibilizados por meio de convênio assinado pelo Estado com o Ministério da Justiça.

QUADRO 1 REFORMAS EM UNIDADES POLICIAIS
BAHIA, 2007

SITUAÇÃO	DELEGACIAS/UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Concluídas	Delegacias de Santo Antônio de Jesus; Varzedo; Arataca; Feira de Santana; Livramento de Nossa Senhora; Barreiras; Itaparica; Jequié; Porto Seguro; Disep Vitória da Conquista; 1ª CP Vitória da Conquista; 28ª CP Nordeste de Amaralina;. Ouriçangas; 16º Batalhão de Polícia Militar; Departamento de Saúde da PM/BA.
Em andamento	Delegacia no interior: Seabra Delegacias na capital: Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos – DRFR, Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur; e as Delegacias Circunscrições de Itapuã, Nordeste de Amaralina e São Caetano. Sedes: Corregedoria Geral, Polícia Civil, Stelecom, SI, 18º BPM, Departamento de Apoio Logístico da PM, Stand de Tiro da Academia da PM, Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM; Auditoria PM/BA; Quartel dos Aflitos, Núcleo dos Veteranos da PM/BA, Disep de Periperi; Coordenadoria de Operações Especiais da Polícia Civil; Stand de Tiro do Batalhão de Choque, Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto. Colégios: PM Lobato e PM Ribeira. Módulo: Barra.

Fonte: SSP

Os projetos, alinhados com o Susp e Pronasci, contemplam as linhas de ação: reaparelhamento dos órgãos da segurança pública; gestão do conhecimento e de informações criminais; formação e valorização profissional; prevenção da violência; e implantação e modernização de estruturas físicas das unidades, com valor definido em R\$ 9,2 milhões.

Para amenizar o problema da superlotação das delegacias e a falta de vagas no sistema prisional, a Secretaria da Segurança Pública adquiriu, por intermédio do Governo do Estado, 20 unidades prisionais móveis, para custodiar presos durante o carnaval. Com 12 metros de comprimento por 2,40 metros de altura e 2,40m de largura, as novas unidades prisionais móveis vão abrigar folgadoamente 14 pessoas em sete beliches. No total, têm capacidade para 280 presos “com absoluta comodidade”, conforme ressaltou o secretário, afirmando que, “no primeiro momento, a aquisição destas unidades foi a melhor solução para a contenção de presos em situação provisória”.

Adquiridas no Espírito Santo ao preço unitário de R\$ 64,5 mil, recursos financeiros alocados junto ao Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais – Feaspol, as unidades contam com uma área de circulação de cinco metros quadrados, dispondo também de 14 camas, banheiro, pia,

vaso sanitário, lixeira e duas pequenas mesas acompanhadas de dois bancos metálicos.

As unidades dispõem (cada uma) de 18 janelas e oito pontos de iluminação, além do teto com isolamento termo-acústico que protege dos efeitos provocados pelo sol. As celas modulares visam atender às necessidades da segurança pública durante o carnaval. De manutenção barata e facilidade de instalação em superfície de concreto armado, os módulos são também mais seguros, pois quase não há contato entre o agente e o preso, uma vez que a abertura e o fechamento das celas são feitos eletronicamente.

3. INVESTIMENTO EM PESSOAL

3.1 AUMENTO DE CONTINGENTE

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico do Estado têm exigido cada vez mais esforços da Secretaria da Segurança Pública, principalmente no que se refere ao aumento do efetivo de policiais. É sabido que o contingente das Polícias Civil e Militar é inferior ao estabelecido em lei, fato que está sendo agravado principalmente pelos policiais que completaram 30 anos de efetivos serviços (reserva remunerada).

No entanto, o Estado está tentando diminuir este déficit por meio dos recentes concursos que estimam o ingresso de 3.200 novos soldados e 384 tenentes para a Polícia Militar, ainda em andamento. Da mesma forma, a Academia de Polícia Civil formou recentemente 223 policiais civis, aguardando homologação e publicação de novas nomeações. Encontra-se em processo de convocação 1.200 agentes e escrivães da Polícia Civil, referentes ao concurso realizado em 1997, o qual continha um edital com vícios e omissões, obrigando o Estado a convocar todos os candidatos aprovados para realizarem o curso de formação e assim concluir o certame.

3.2 RETORNO DE POLICIAIS APOSENTADOS

Outra iniciativa que contribuirá para a redução do déficit de policiais é a iniciativa do Governo do Estado da Bahia, que abrirá 1.300 vagas para convocação de policiais militares transferidos para reserva remunerada no período de 2000 a 2007, que tenham até 55 anos de idade, a fim de prestarem serviço remunerado, em conformidade com a legislação em vigor, na atividade-fim da Corporação, de acordo com os critérios definidos abaixo:

- Ser praça do Quadro de Policiais Militares;
- Ser avaliado mediante inspeção de saúde, realizada pela Coordenação de Perícias Médicas;
- Ter até cinco anos na Reserva Remunerada; e
- O salário será o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos atuais proventos da inatividade.

3.3 CURSOS DE CAPACITAÇÃO

- **Curso de Especialização em Segurança Pública**
Público-Alvo: Oficiais da Polícia Militar, Delegados de Polícia, Peritos Criminais, Peritos Médicos-Legais, Membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.
Promotores: Polícia Militar e Universidade Estadual da Bahia – Uneb.
- **Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Segurança Pública**
Público-Alvo: Oficiais Superiores da Polícia Militar, Delegados de Polícia 1ª Classe e Especial, Peritos Criminais 1ª Classe e Especial, Peritos Médicos-Legais 1ª Classe e Especial, Membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.
Promotores: Polícia Militar e Uneb.

■ Cursos de Capacitação a Distância – EAD/Senasp

Formação de Formadores (FFSP) – Instituições estaduais e municipais – 60 h/a;
Local de Crime: Isolamento e Preservação (PLC) – 40 h/a;
Tráfico de Seres Humanos (TSH) – 40 h/a;
Violência, Criminalidade e Prevenção (VCP) – 40 h/a;
Direitos Humanos (DH) – 40 h/a;
Uso Progressivo da Força (UPF) – 60 h/a;
Saúde ou Doença. De que lado você está? (SOD) – 40 h/a;
Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência (MW) – 40 h/a;
Combate à Lavagem de Dinheiro (CLD) – 60 h/a;
Uso das Informações na Gestão das Ações de Segurança Pública (UIG) – 40 h/a;
Busca e Apreensão (BEA) – 60 h/a;
Emergência Pré-Hospitalar (EPH) – 60 h/a;
Gerenciamento de Crises Policiais (GCP) – 60 h/a;
Técnicas Não-Letais de Atuação Policial (TNL) – 60 h/a;
Público-Alvo: Servidores da Segurança Pública, Justiça e guardas municipais;
Promotores: Senasp e SSP.

■ Cursos de Capacitação para Delegados e Peritos

Desenvolvimento da Gestão Estratégica;
Estratégica Avançada – Políticas Públicas;
Estratégica Avançada – Foco em Resultado;
Público-Alvo: Delegados de Polícia e Peritos;
Promotores: SSP/Academia da Polícia Civil – Acadepol e Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem.

■ Programa Organizações Aprendentes (PROA) valorização do policial voltado à capacitação e descoberta de novos talentos

- Público-Alvo: Policiais Militares
- Promotores: Polícia Militar e Universidade Federal da Bahia

■ Cursos de Capacitação para Promotores de Polícia Comunitária

Público-Alvo: Policiais Militares e Civis;
Promotores: Ministério da Justiça/Senasp e Polícia Militar.

4. GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A recomposição do sistema prisional do Estado da Bahia pressupõe o planejamento, a elaboração e a execução de um conjunto articulado de políticas, ações, programas e projetos

voltados para a ressocialização dos internos e a garantia plena de seus direitos legais, a exemplo da saúde, trabalho, educação e assistência social.

Nesse sentido, o Governo do Estado da Bahia tem priorizado soluções criativas e inovadoras, a exemplo do incentivo e monitoramento às penas e medidas alternativas, além da articulação das diferentes Secretarias de Estado, visando dotar o sistema de uma estrutura digna e adequada ao cumprimento da pena judicial.

4.1 CONSELHO PENITENCIÁRIO

O Conselho Penitenciário da Bahia desenvolveu, em 2007, ações de fiscalização da execução penal, totalizando a concessão de 187 indultos e uma revogação, 230 comutações de pena e dois encaminhamentos de graças ao Ministério da Justiça – MJ.

Além disso, realizou 47 sessões que avaliaram e apreciaram pedidos de indultos, leitura e apreciação de pareceres, apresentação de relatórios das comissões de fiscalização, discussões de temas e problemas relacionados à execução penal, e reunião com autoridades atuantes na área de execução penal.

4.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Foram desenvolvidas ações voltadas para a formação de agentes penitenciários que ingressaram no sistema prisional, com a finalidade de que estes novos servidores adquiram um novo trato para as questões que envolvam a vida no cárcere.

Foram realizados dois cursos de formação para agentes penitenciários contratados por meio do Regime Especial de Direito Administrativo – Reda, sendo o primeiro com carga horária de 91 horas, tendo participado 121 alunos. O seguinte, com 40 horas de duração, contou com a participação de 72 alunos.

Ambos, além de aulas práticas, culminaram com uma visita ao Complexo Penitenciário da Mata Escura, onde se encontram instaladas seis unidades da capital.

De igual modo, outros servidores já integrados ao sistema, a exemplo de 39 agentes penitenciárias do sexo feminino, participaram do Curso Básico de Direitos Humanos para Agentes Públicos, com carga horária de 20 horas.

4.3 CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ASSUNTOS PENAIS

Por iniciativa do Governo do Estado, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a criação do Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais – Cedhap, na estrutura organizacional da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com a finalidade de executar programas, projetos e atividades de formação e aperfeiçoamento técnico para agentes públicos que exerçam funções de defesa e proteção dos Direitos Humanos e Execução Penal, pela Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007.

Para implementação do Centro, foi encaminhado e aprovado pelo Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento Penitenciário Nacional, o projeto que será executado no exercício de 2008.

5. INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO

A despeito dos esforços empreendidos pelo Governo da Bahia com a implantação e implementação de um conjunto de ações voltadas à melhoria do sistema penitenciário do Estado, o déficit de vagas continua sendo o principal entrave. Com vistas a reverter este quadro, o novo Governo vem priorizando sistematicamente a construção de novos estabelecimentos penais.

Aplicando recursos de aproximadamente R\$ 1,7 milhão, neste exercício, foi dada absoluta prioridade às medidas destinadas a descentralizar e interiorizar as ações de custódia do sistema penitenciário, conforme demonstrado na Tabela 1.

Encontra-se em andamento, com conclusão prevista para dezembro/2008, a obra da construção da Penitenciária de

TABELA 1

CONSTRUÇÕES DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
BAHIA, 2007

UNIDADE	TIPO DE OBRA	NOVAS VAGAS GERADAS	RECURSOS APLICADOS (EM MIL REAIS)		
			ESTADUAL	FEDERAL	TOTAL
Obras em Andamento		430	158	1.419	1.577
Penitenciária de Eunápolis	Construção	430	158	1.419	1.577
Em Projeto		988	100	—	100
Penitenciária de Vit. da Conquista	Construção	494	100	—	100
Conjunto Penal de Barreiras	Construção	494	—	—	—
TOTAL		1.418	258	1.419	1.67

Fonte: SJCDH

Eunápolis, cujo projeto arquitetônico, elaborado pela Superintendência de Construções do Estado da Bahia – Sucab, tem capacidade para abrigar até 430 presos. Esta unidade é composta de módulo prisional, salas de aula, oficinas, celas para encontros íntimos, salas e pátio de encontro familiar e tratamento de saúde. O valor estimado dessa obra é de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, sendo R\$ 8,3 milhões de recursos federais, provenientes do Ministério da Justiça – MJ/Departamento Penitenciário Nacional – Depen, com R\$ 923 mil de contrapartida estadual.

Estão também previstas as construções das Penitenciárias de Vitória da Conquista e Barreiras, com capacidade para 494 presos cada, estando o projeto de Vitória da Conquista em fase de análise final na Caixa Econômica Federal para liberação do processo licitatório, e o projeto de Barreiras em fase de análise prévia para assinatura de contrato de financiamento, que já foi selecionado pelo Depen como destinatário de verbas federais. O valor das obras está estimado em R\$ 14,5 milhões para Vitória da Conquista e R\$ 16 milhões para Barreiras, estando programado o início das obras para o primeiro semestre de 2008.

No ano de 2007, os investimentos realizados em obras de reparos, adaptação e serviços totalizaram R\$ 1,9 milhão, beneficiando as unidades prisionais da capital e do interior. Deste total, merecem destaque as obras emergenciais, em fase de andamento, da Colônia Lafayette Coutinho – CLC, envolvendo recursos da ordem de R\$ 818 mil, e as obras de

reparos gerais na Penitenciário Lemos Brito – PLB, no montante de R\$ 334 mil.

Além dessas obras, foram realizadas intervenções no prédio da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, no valor de R\$ 22 mil, e em serviços na sede da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, no valor de R\$ 76 mil.

A atual capacidade física do sistema penitenciário, de 7.104 vagas, conforme Tabela 2, será ampliada para 8.522, representando um incremento de cerca de 20% com a conclusão das obras de Eunápolis, Vitória da Conquista e Barreiras. Os números não deixam dúvidas sobre o impacto positivo da política adotada que, por meio da expansão e melhoria da rede física do sistema penitenciário, possibilitará uma melhor distribuição da população carcerária, trazendo, assim, benefícios para os internos e para a sociedade.

As unidades prisionais de Salvador abrigam, hoje, 3.703 presos, significando 46% da população carcerária total do Estado, que é de 7.974, enquanto as unidades prisionais do interior, com 4.271 presos, participam com 54% do total carcerário. Vale registrar que a atual conjuntura aponta um déficit de 12,2%, que representa 870 vagas, que deverão ser absorvidas, gradualmente, com a conclusão das obras previstas, desde que o crescimento carcerário se mantenha no mesmo patamar.

TABELA 2

SISTEMA PENITENCIÁRIO – POPULAÇÃO CARCERÁRIA E VAGAS EXISTENTES
BAHIA, 2006/2007

UNIDADE	TIPO DE REGIME	POPULAÇÃO CARCERÁRIA		VAGAS	
		DEZ/2006	DEZ/2007*	DEZ/2006	DEZ/2007
Capital		4.987	3.703	3.399	3.399
Casa do Albergado e do Egresso	Aberto	56	147	98	98
Colônia Lafayette Coutinho	Semi-aberto	399	185	283	283
Centro de Observação Penal	Aberto	112	80	96	96
Hospital de Custódia e Tratamento		193	137	280	280
Conjunto Penal Feminino	Fechado, Semi-aberto e Aberto	188	178	132	132
Penitenciária Lemos Brito	Fechado	2289	1585	1402	1402
Presídio de Salvador	Fechado	1395	1030	784	784
Unidade Especial Disciplinar	Fechado	355	361	324	324
Interior		3.588	4.271	3.461	3.705
Conjunto Penal de Feira de Santana	Fechado, Semi-aberto e Aberto	568	543	340	340
Conjunto Penal de Jequié	Fechado, Semi-aberto e Aberto	553	569	368	368
Presídio de Vitória da Conquista	Fechado	224	222	139	139
Presídio de Ilhéus	Fechado	281	315	180	180
Presídio de Esplanada	Fechado	89	85	112	112
Presídio de Paulo Afonso	Fechado	174	177	182	182
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Fechado, Semi-aberto e Aberto	374	487	268	268
Conjunto Penal de Valença	Fechado, Semi-aberto e Aberto	371	255	268	268
Conjunto Penal de Juazeiro	Fechado, Semi-aberto e Aberto	264	284	268	268
Conjunto Penal de Serrinha	Fechado, Semi-aberto e Aberto	238	425	476	476
Conjunto Penal de Lauro de Freitas	Fechado	320	359	430	430
Conjunto Penal de Itabuna	Fechado	132	355	430	430
Conjunto Penal de Simões Filho	Semi-aberto	–	195	–	244
TOTAL		8.575	7.974	6.860	7.104

Fonte: SJCDH/SAP

OBS: Atualmente o número de presos sob a custódia da Secretaria da Segurança Pública – SSP está em torno de 1.100 entre capital e Região Metropolitana e 4.300 no interior do Estado.

Aparelhamento de Unidades Prisionais – Em relação ao item aparelhamento de unidades prisionais foram adquiridos, em 2007, com recursos do Tesouro estadual, quatro camburões e uma ambulância, totalizando R\$ 745 mil. Encontra-se, ainda, em processo licitatório a aquisição de mais oito camburões, perfazendo um total de R\$ 1,2 milhão, oriundos de recursos federais e R\$ 131 mil de recursos do Estado, proporcionando melhores condições de custódia dos internos e ofertando maior segurança à população.



6. RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO

Entende-se, atualmente, como as mais importantes funções do sistema prisional a reintegração social dos seus custodiados de forma produtiva, a redução da vulnerabilidade dos apenados à prisionização e a diminuição dos efeitos deteriorantes do cárcere.

A SJCDH tem como missão garantir a oferta de ações que contribuam para o fortalecimento do processo de reintegração social dos presos, livrando os condicionais e egressos, atuando por meio das linhas básicas de educação, trabalho, saúde e assistência social.

Para o alcance de suas prioridades institucionais realizou-se permanente trabalho de sensibilização com os gestores das unidades prisionais, com a finalidade de conscientizá-los de que são responsáveis pela disseminação de uma nova cultura, voltada não somente à custódia do interno, mas, principalmente, à oferta de oportunidades de crescimento para o seu retorno ao convívio social.

6.1 ASSISTÊNCIA AO INTERNO EM ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Neste intuito, cabe ressaltar o incremento no atendimento educacional nas unidades prisionais do Estado que, a partir da renovação do convênio com a Secretaria da Educação do Estado – SEC, promoveu a ampliação da oferta educacional, possibilitando o atendimento a turmas de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos – EJA, além do apoio do Governo Federal, por meio do Projeto Brasil Alfabetizado e da organização não-governamental Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM.

6.2 ASSISTÊNCIA AO INTERNO EM ARTE-EDUCAÇÃO

Para assegurar o acesso à leitura crítica, reflexiva ou de lazer, buscou-se articulação com editoras de livros e distribuidoras de revistas, no intuito de revitalizar os pontos de leitura existentes em quatro unidades da capital, assim como a implantação em unidades que não dispunham de tal oportunidade.

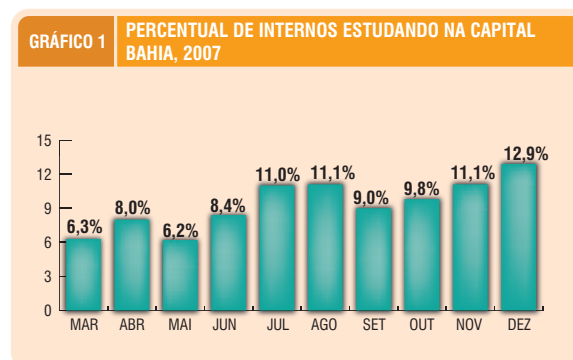


Por intermédio do convênio assinado com a Fundação Pedro Calmon e a Secretaria de Cultura – SECULT, foi possível a instalação de três pontos de leitura no Conjunto Penal de Feira de Santana – CPFS, e encontra-se em andamento a implantação na unidade de Simões Filho. O convênio ainda prevê o atendimento a todas as unidades prisionais do interior.

6.3 ATIVIDADES DE ARTE E CULTURA

Foi iniciada uma oficina de arte no Conjunto Penal de Itabuna – CPI, mediante parceria firmada com o Centro Cultural Itabunense, beneficiando 20 internos dessa unidade com aulas de violão e teclado.

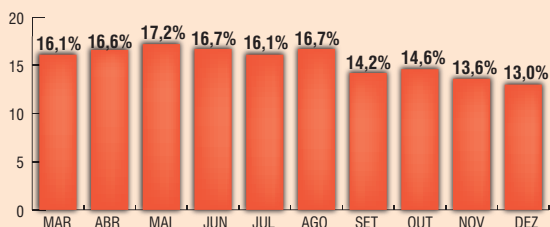
O atendimento educacional aos internos está detalhado nos Gráficos 1 e 2.



Fonte: SJCDH/SAP

Obs: A queda relativa aos meses de setembro e outubro é devida ao resultado do mutirão jurídico realizado na PLB e CLC.

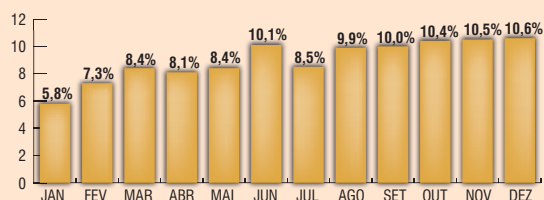
GRÁFICO 2 PERCENTUAL DE INTERNOS ESTUDANDO NO INTERIOR BAHIA, 2007



Fonte: SJCDH/SAP

Obs: A queda relativa aos meses de setembro e outubro é devida à conclusão de algumas turmas do projeto Brasil Alfabetizado em unidades do interior

GRÁFICO 3 PERCENTUAL DE INTERNOS QUE TRABALHAM NA MODALIDADE REMUNERADA (CAPITAL) BAHIA, 2007



Fonte: SJCDH/Folha de pagamento da Junta Administrativa e relatórios encaminhados pelas unidades.

Partindo da necessidade de realizar um planejamento adequado, que venha responder à demanda educacional nas unidades prisionais do Estado, foi realizado o levantamento do perfil educacional dos internos e internas da capital e do interior.

6.4 ATIVIDADES LABORATIVAS

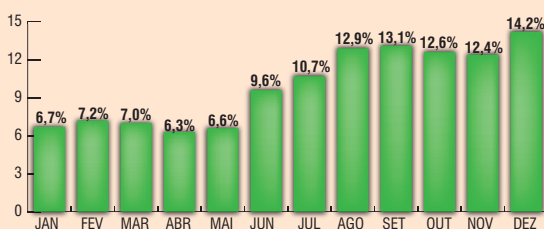
Foram desenvolvidas ações destinadas à geração de renda para os internos, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada, como a confecção de peças artesanais e a manutenção das unidades, sempre garantindo-lhes a remissão de um dia de pena a cada três dias trabalhados, nos termos previstos pela Lei de Execução Penal – LEP.

Em 2007, a SJCDH desenvolveu ações no sentido de ampliar oportunidades a serem oferecidas à população carcerária, merecendo destaque a formação de parcerias com 91 empresas da iniciativa privada.

Torna-se relevante salientar que na capital o percentual de crescimento do número de internos trabalhando foi de 41%, enquanto no interior do Estado o crescimento registrado foi de 127%, demonstrando o esforço perpetrado pela SJCDH para criação de novas oportunidades de trabalho para os reclusos.

Os Gráficos 3 e 4 demonstram crescimento do número de internos que desenvolvem atividades laborativas, sobretudo daquelas que implicam na geração de renda.

GRÁFICO 4 PERCENTUAL DE INTERNOS QUE TRABALHAM NA MODALIDADE REMUNERADA (INTERIOR) BAHIA, 2007



Fonte: SJCDH/Folha de pagamento da Junta Administrativa e relatórios encaminhados pelas unidades.

6.5 CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS INTERNOS

Está sendo desenvolvido um programa permanente de capacitação profissional em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, conforme detalhado nas Tabelas 3 e 4.

6.6 OFICINAS DE TRABALHO

Neste exercício ocorreu a implantação de uma metodologia de trabalho que tem se revelado positiva, por permitir que um grupo de pessoas se reúna em torno de objetivos, interesses e habilidades comuns, visando desenvolver uma determinada atividade.

Como decorrência, foram realizadas oficinas de costura industrial, confecção de peças de vestuário e costura de bolas,

TABELA 3

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE INTERNOS DA CAPITAL
BAHIA, 2007**

CURSO	Nº DE INTERNOS	CARGA HORÁRIA	UNIDADE
Pinturas Artesanais em Tecidos, Móveis e Paredes	25	80	Penitenciária Lemos Brito
Assentador de Pisos e Revestimentos	25	60	Penitenciária Lemos Brito
Pedreiro Polivalente	25	180	Penitenciária Lemos Brito
Fabricação de Brinquedos de Madeira	25	180	Penitenciária Lemos Brito
Pedreiro Polivalente	25	180	Colônia Lafayette Coutinho
Fabricação de Brinquedos de Madeira	25	180	Colônia Lafayette Coutinho
Jardinagem	25	40	Hospital de Custódia e Tratamento
Pinturas Artesanais em Tecidos, Móveis e Paredes	25	180	Hospital de Custódia e Tratamento

Fonte: SJCDH/SAP

TABELA 4

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE INTERNOS DO INTERIOR
BAHIA, 2007**

CURSO	Nº DE INTERNOS	CARGA HORÁRIA	UNIDADE
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Teixeira de Freitas
Assentador de Pisos e Revestimentos	25	120	Conjunto Penal de Teixeira de Freitas
Jardinagem	25	40	Conjunto Penal de Juazeiro
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Juazeiro
Panificação	25	60	Conjunto Penal de Serrinha
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Serrinha
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Feira de Santana
Fabricação de Brinquedos de Madeira	25	180	Conjunto Penal de Feira de Santana
Assentador de Pisos e Revestimentos	25	120	Conjunto Penal de Feira de Santana
Jardinagem	25	40	Conjunto Penal de Feira de Santana
Fabricação de Brinquedos de Madeira	25	180	Conjunto Penal de Valença
Mecânico de Motor a Gasolina	25	120	Conjunto Penal de Valença
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Valença
Costura Industrial	25	180	Conjunto Penal de Jequié
Jardinagem	25	40	Conjunto Penal de Jequié
Panificação	25	60	Conjunto Penal de Lauro de Freitas
Operador de Máquina de Costura Industrial	25	180	Conjunto Penal de Lauro de Freitas
Eletricidade Predial	25	120	Conjunto Penal de Simões Filho
Pedreiro Polivalente	25	180	Conjunto Penal de Simões Filho
Eletricidade Predial	25	120	Conjunto Penal de Ilhéus

Fonte: SJCDH/SAP

por meio de diversas parcerias, beneficiando 25 internas do Conjunto Penal Feminino, Conjunto Penal de Itabuna e Conjunto Penal de Feira de Santana.

6.7 ARCA DAS LETRAS

Projeto em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Educação, Cultura, Justiça e Meio Ambiente, que prevê a construção de 600 arcas (bibliotecas móveis), utilizando mão-de-obra de 20 internos da PLB com habilidade em marcenaria, os quais serão remunerados de acordo com a Lei de Execuções Penais.

As arcas produzidas conterão exemplares de livros didáticos e literários, além de materiais audiovisuais e de cunho artístico-cultural. Serão distribuídas para comunidades rurais, priorizando os municípios de origem dos internos envolvidos na fabricação.

6.8 ATIVIDADES LABORATIVAS E CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA EGRESSOS

Convênio firmado entre a SJCDH e a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, entidade mantenedora da Pastoral Carcerária, possibilitou a implantação do Programa Liberdade e Cidadania, cujos beneficiários, além de participarem de cursos de capacitação profissional, são motivados a inserir-se no mercado formal e informal de trabalho, por meio da concessão de *kits* geração de renda, de acordo com as aptidões demonstradas pelos egressos nas vivências desenvolvidas pela equipe técnica do programa. Outros tipos de atendimentos são realizados nesta ação, como a concessão de auxílio-passagem, medicamentos e cestas básicas, dentre outros.

Foram concedidos 21 *kits* geração de renda e 28 egressos participaram dos cursos de capacitação profissional em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.

6.9 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Desde janeiro de 2007, vêm sendo desenvolvidas ações que buscam implementar o Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário do Estado da Bahia (Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003), com vistas à promoção da atenção integral à saúde, favorecendo que seja

respeitado o direito à cidadania das pessoas privadas de liberdade.

Inicialmente, foi formada uma comissão tripartite com técnicos do Ministério da Saúde – MS, SJCDH, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB e Secretaria Municipal de Saúde de Salvador – SMS para efetivar parcerias, visando à implementação do Plano Operativo Estadual de Saúde e a reorientação institucional do Hospital de Custódia e Tratamento – HCT.

Nesse sentido, foi assinado convênio com o Ministério da Justiça para financiamento da aquisição de equipamentos de saúde para dez postos nas unidades prisionais, no valor de R\$ 392 mil.

Também foi ministrado um curso básico de vigilância epidemiológica, capacitando 35 profissionais desta seara. Em parceria com a SESAB, foi realizado um curso de sala de vacinas, capacitando 35 profissionais das equipes de saúde que atuam nos postos de saúde penitenciários. Além disso, foram capacitados 32 profissionais destas equipes, para o manejo do HIV/Aids nas unidades prisionais, e abordagem síndrome, em cursos diversos oferecidos pela Coordenação Estadual de DST/Aids, em parceria com o Centro de Referência Estadual de Aids – Cre aids.

O Governo do Estado da Bahia vem desenvolvendo ações que viabilizam a humanização do sistema penitenciário, realizando, desta forma, oficinas terapêuticas no CPF, beneficiando 120 internas, almoço interativo com distribuição de brindes no HCT, beneficiando 150 internos, além de palestras e atividades culturais nos pátios das unidades prisionais, propiciando um processo interativo com os internos, beneficiando cerca de dois mil internos.

Em parceria com a SESAB, foi viabilizada a contratação e/ou alocação de 50 profissionais de saúde para a composição e cadastramento dos postos de saúde penitenciários e das equipes de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, o que possibilitou o atendimento integral aos internos, dotação orçamentária para as ações de atenção básica mediante incentivo federal (MS e MJ) e o fornecimento de *kits* de medicamentos de atenção básica para as unidades prisionais cadastradas pelo MS, beneficiando 1.995 internos.

Até 2006, somente duas equipes mínimas de saúde prisional estavam incluídas no CNES, na Bahia: a equipe do Centro de Observação Penal – COP, Central Médica Penitenciária – CMP e a equipe do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas – CPTF. Em 2007, o Governo do Estado cadastrou cinco equipes mínimas de saúde: duas equipes na Penitenciária Lemos de Brito – PLB, uma na Unidade Especial Disciplinar – UED, uma no Conjunto Penal Feminino – CPF e uma no Presídio de Salvador – PS.

As equipes já realizaram 86.004 atendimentos de saúde e serviço social no Sistema Penitenciário da Bahia, no acumulado do ano de 2007 (Tabela 5). As estatísticas em saúde inexistiam e estão sendo montadas apenas na atual gestão, o que nos impossibilita uma comparação com dados anteriores.

TABELA 5 SISTEMA PENITENCIÁRIO ATENDIMENTOS DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL BAHIA, 2007	
ATENDIMENTO	PESSOAS ATENDIDAS
Medicina	14.411
Odontologia	11.225
Enfermagem	43.439
Psicologia	3.149
Serviço Social	12.428
Nutrição	1.352
TOTAL	86.004

Fonte: SJCDH/SAP/Cogiap

Além dos profissionais dedicados à atenção básica, foram contratados especialistas que garantem o atendimento a patologias mais prevalentes nesse contexto, no próprio Complexo Penitenciário, reduzindo, assim, custos com escoltas policiais e preservando a segurança dos internos e da comunidade. Vale ressaltar que a CMP é, hoje, a terceira unidade de saúde dispensadora de medicamentos antiretrovirais no Estado, para tratamento da Aids *in loco*, numa parceria com a Central Farmacêutica da Bahia – Cefarba e o Centro de Referência de Aids – Cre aids.

Em Salvador, foi pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS um fluxo de medicamentos da atenção básica, desde fevereiro de 2007, o que vem favorecendo os cuidados com a saúde de 3.918 internos.

Com o objetivo de viabilizar o atendimento à saúde dos internos das delegacias do município de Salvador custodiados pela Secretaria de Segurança Pública – SSP, ficou estabelecido que os atendimentos serão feitos nos postos e hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS e que a CMP dará o suporte em casos de atendimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade.

Também foi realizada campanha de imunização que abrangeu 99% dos servidores da sede, protegendo-os com as vacinas: hepatite, difteria, febre amarela, *influenza* (gripe) e tríplice viral.

De igual modo, realizou-se mutirão para elaboração de laudos psicológicos dos internos da PLB e CLC, atendendo 392 internos, colaborando, assim, para a regularização da situação processual destes internos.

Foi realizada, ainda, campanha preventiva contra o câncer de colo de útero, no CPF, onde foram atendidas 168 internas, 100% da população, inclusive com a realização de exame preventivo.

Vale destacar as feiras de saúde na PLB e na UED, com a busca ativa das patologias referidas pela literatura como as mais prevalentes no contexto prisional, além da vacinação dos internos com os imunobiológicos contra tétano, febre amarela, gripe, hepatite B, caxumba, sarampo e rubéola.

Também foram realizadas palestras e peça teatral sobre prevenção e promoção de saúde bucal, e entregues kits de higiene pessoal a todos os 1.746 internos da PLB.



Em parceria com a SMS, foi promovida a campanha de imunização para os internos e servidores do COP e do CPF, sendo alcançado um índice de 90% de cobertura vacinal.

Tiveram manutenção as oficinas terapêuticas no HCT, beneficiando 80 pacientes, incluindo a iniciativa de uma rádio comunitária, além do desenvolvimento do Programa de Desinstitucionalização Gradual, já tendo sido beneficiados 239 pacientes do HCT, em 2007.

Em parceria com a SMS, os pacientes do HCT que se encontram em situação de abandono familiar estão sendo encaminhados para unidades de saúde mental especializadas, após um trabalho consistente de “desinternação gradual”, em parceria com a SMS, que inclui acompanhamento terapêutico sistemático, saídas terapêuticas e visitas preliminares ao novo local de moradia. Com isso, pretende-se garantir os direitos humanos dos egressos do hospital, bem como a diminuição dos índices de reincidência entre os egressos.

6.10 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Governo do Estado vem apoiando a manutenção da Creche Nova Semente, que atende filhos de internos do sistema prisional, oferecendo moradia, apoio afetivo e chances de inclusão social para essa clientela, considerada em vulnerabilidade para a criminalização, numa parceria com a Pastoral Carcerária. Atualmente estão sendo atendidas 145 crianças nesta creche.

Também em um trabalho social relevante, a SJCDH contribui para a manutenção da Escola Estácio de Lima, voltada para a inclusão socioeducativa de filhos de internos do sistema prisional, em parceria com a SEC, atendendo atualmente 42 crianças.

O Governo do Estado também vem atuando, em parceria com a Pastoral Carcerária, no Programa Liberdade e Cidadania, voltado para o atendimento ao egresso do sistema prisional e sua reinserção social e laborativa. Este programa, no ano de 2007, disponibilizou 1.447 vales transportes, 120 cestas básicas e 174 passagens intermunicipais e interestaduais.

6.11 APOIO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

O trabalho desenvolvido na área de penas e medidas alter-

nativas ganhou relevante reforço no ano de 2007, com a publicação da Lei 10.693, de 5 de setembro de 2007, criando a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia – Ceapa, na estrutura da Superintendência de Assuntos Penais – SAP, da SJCDH.

A Ceapa, que desde 05/02/2002 era viabilizada por meio de convênios de curta e média duração, com utilização de recursos estaduais, passa a ser implementada de forma a propiciar uma ação permanente no que tange às alternativas penais. Tal iniciativa representou a confirmação da política pública de penas e medidas alternativas no Estado, que assim cumpre importante etapa na tarefa de assegurar um sistema penal mais justo, garantista e adequado às demandas da sociedade.

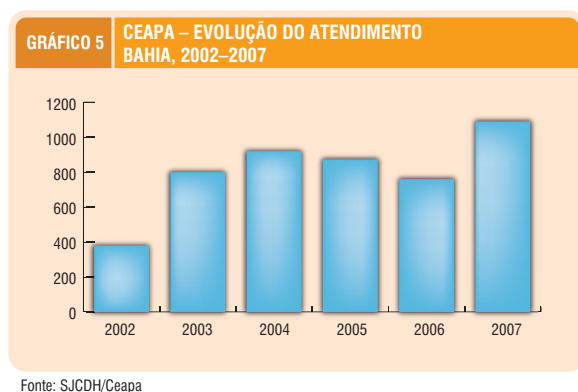
Diante dos resultados alcançados ao longo de quase seis anos de projeto na capital e Região Metropolitana, a SJCDH agora reúne esforços para a interiorização das ações da Ceapa, por meio dos projetos de implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Feira de Santana e de realização de Seminário Estadual de Fomento às Penas e Medidas Alternativas. Tais projetos visam ao fortalecimento da política de penas e medidas alternativas no Estado, por meio da interiorização das ações e sensibilização da comunidade jurídica para uma cultura pautada no respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, também foi elaborado e encaminhado à Assembleia Legislativa projeto de lei para implantação de 12 Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas nos Territórios de Identidade do Velho Chico, Baixo Sul, Extremo Sul, Sertão do São Francisco, Oeste Baiano, Sertão Produtivo, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Irecê, Litoral Sul e Médio Rio de Contas.

Além das ações visando à ampliação do programa, a Ceapa deu continuidade ao encaminhamento, acompanhamento e fiscalização dos beneficiários de penas e medidas alternativas, totalizando 1.075 novos atendimentos neste exercício, o maior número alcançado desde a implantação da Central. Até o final de outubro a Ceapa atingiu a marca de 4.844 atendimentos.

Atualmente, 1.002 beneficiários de penas e medidas alternativas encontram-se em acompanhamento na Ceapa. O atendimento individualizado e multidisciplinar nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social tem garantido reduzida parcela de

descumprimento, e o comprometimento dos beneficiários tem ensejado contratações e desenvolvimento de trabalhos voluntários nas instituições parceiras após o cumprimento integral da pena.

A rede social está cada vez mais consciente e fortalecida, e já soma 210 entidades sem fins lucrativos com destinação social engajadas na proposta de trabalho, responsáveis por fiscalizar e divulgar a importância das penas alternativas no âmbito de suas comunidades. As parcerias com Poder Judiciário, Ministério Público – MP e Defensoria Pública do Estado – DPE têm permitido o aumento da aplicação das penas e medidas alternativas, pela manutenção da eficácia na execução destas. Há ainda a ação contínua de fomento em faculdades e universidades, de forma a criar cada vez mais fóruns de discussão e pesquisa acerca das penas alternativas como instrumentos de pacificação social.



6.12 ATENDIMENTO JURÍDICO

Visando ao atendimento de presos custodiados no sistema penitenciário e delegacias, este projeto tem a finalidade de agilizar os processos de execução e revisão da pena, progressão de regime e liberdade condicional, dentre outros, contando com a participação de 12 estagiários dos cursos de Direito que assistem aos advogados. Em 2007, foram beneficiados 2.571 internos.

7. DEFESA CIVIL

Por intermédio da Coordenação Estadual de Defesa Civil – Cordec, que tem a finalidade de coordenar, executar e supervi-

sionar o atendimento a situações de emergência ou de calamidade pública no âmbito do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES desenvolveu ações preventivas e de reparação na perspectiva de amparar as populações afetadas por eventos que reduzem ou suprimem a sua capacidade de produzir e garantir a sobrevivência.

Foram empreendidos esforços no sentido de potencializar a estrutura de Defesa Civil no Estado, mediante a capacitação de instâncias municipais e da articulação intersetorial para a prevenção e o atendimento de situações de risco para a população. Isto permitiu ao Governo do Estado atuar nos sucessivos episódios que ameaçaram a integridade dos cidadãos ocorridos no ano de 2007, prestando apoio aos municípios que declararam situação de emergência em decorrência da *maré vermelha* que ocasionou a morte de toneladas de peixes e mariscos em quatro municípios; das fortes chuvas que encheram o rio São Francisco, inundando inúmeras comunidades; da seca que atingiu vários municípios do semi-árido; da contaminação do rio São Francisco por cianobactérias (algas azuis); e dos incêndios florestais da Chapada Diamantina.

Foram homologados 129 decretos municipais de situação de emergência – 84 motivados pela seca, 40 pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, que atingiu vários municípios na região Oeste, e cinco por causas diversas – e o Decreto Estadual nº 10.561, de 7 de novembro de 2007, abrangendo 20 municípios da Chapada Diamantina e da Serra Geral atingidos por focos de incêndios. Nestas ocasiões foram distribuídos pela Defesa Civil:



- 46.664 cestas básicas;
- 707.000 pratos de sopas;
- 8.211 colchões;
- 7.763 cobertores;
- 5.484 filtros;
- 72 rolos de lonas plásticas;
- 200 Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os brigadistas voluntários do Parque Nacional da Chapada Diamantina; e
- 92 carros-pipas para abastecimento de água em 23 municípios em situação de emergência por conta da seca, com investimento de R\$ 309,8 mil.

Outras ações de prevenção e fortalecimento das instâncias responsáveis pela Defesa Civil foram realizadas em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades da sociedade civil. Entre essas ações podem ser destacadas:

Capacitação – Foram realizados nove cursos para 323 agentes municipais de Defesa Civil nos territórios onde estão localizadas as cidades de Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, Paulo Afonso, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Vitória da Conquista, Palmeiras e Itapetinga.

Prevenção de Situações de Risco – A Cordec desenvolveu ações preventivas em Bom Jesus da Lapa para garantir a segurança global da população residente e dos visitantes, especialmente dos romeiros. Essas medidas visaram contribuir para a redução de ocorrências adversas e acidentes, bem



como a proliferação de doenças infecto-contagiosas, principalmente as de veiculação hídrica, mediante parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros (Salvar e Salva-Vidas), Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Igreja Católica, Defesa Civil Municipal e Secretaria Municipal de Saúde.

Recuperação de áreas afetadas – Em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – Conder, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, foram elaborados e aguardam aprovação do Ministério da Integração Nacional 95 projetos de recuperação da infraestrutura de 18 municípios afetados pelas fortes chuvas.

Assistência emergencial aos municípios e às famílias atingidas – Foram distribuídas 46.664 cestas básicas, de acordo com as necessidades apresentadas. Dessas, 14.340 foram entregues a 17 municípios com quadro de seca, 13.189 para 25 municípios que apresentaram situação de chuva, 15.585 para seis municípios afetados pela “maré vermelha” e as demais foram distribuídas para municípios com eventos adversos variados.

7.1 AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS

Integrado à Central de Polícia por meio do telefone 190, desenvolveu ações de combate a incêndios, busca e salvamento, resgate e atendimento pré-hospitalar em todo o território baiano, e em especial nas cidades de Salvador, Simões Filho, Dias d'Ávila, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Lençóis, Jequié e Paulo Afonso.

Durante o ano de 2007, foram adquiridas pick-ups equipadas para atendimentos de busca, salvamento e resgate, além de equipamentos específicos a cada área de atuação dos bombeiros.

O Plano de Evolução Orgânica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, aprovado pelo Governo do Estado, prevê a instalação de unidades de bombeiros em várias cidades do Estado.

8. GESTÃO DO TRÂNSITO

O Governo do Estado, por meio do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, atuou na gestão do trânsito como agente transformador, promovendo, mediante ações educativas, uma mudança cultural e comportamental no trânsito, a fim de garantir segurança de pedestres e condutores nas vias públicas, dotando o trânsito da infra-estrutura necessária para sua regular fluidez, além de disponibilizar ao cidadão um serviço de qualidade, de forma ágil e descentralizada. Vale salientar o impulso dado na atuação do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran, entidade máxima de trânsito no Estado, responsável pela normatização e julgamento de autos, que tem como principal desafio formar parcerias com vistas à municipalização da gestão do trânsito no Estado.

8.1 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para humanizar o trânsito e combater os altos índices de acidentes, o Governo do Estado, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Departamento Nacional de Trânsito – Denatran desenvolveu, por intermédio do Detran, um conjunto de atividades direcionadas a orientar pedestres e condutores, com vistas a mostrar ao cidadão que a segurança no trânsito depende muito mais da consciência coletiva do que da ação coercitiva dos órgãos fiscalizadores.

O principal instrumento utilizado pelo Governo do Estado em 2007 para chamar a atenção da sociedade para a importância do tema foram as campanhas educativas implementadas pelo Detran. A estratégia adotada foi a de, sempre que possível, agir em parceria com as diversas organizações que atuam na área de formação de pessoas, visando potencializar os resultados.

Para a realização das campanhas de educação para o trânsito foi utilizado um arcabouço de artifícios visuais, interativos e até teatrais para levar ao público-alvo a mensagem desejada. Para a execução dessa tarefa, o Detran utilizou-se de uma Unidade Móvel, do Centro de Educação para o Trânsito, Comandos Educativos e campanhas informativas veiculadas na mídia. A Tabela 6 mostra o quantitativo de ações realizadas no ano de 2007 e de cidadãos beneficiados com o trabalho de informação e educação promovido.

TABELA 6

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
BAHIA, 2007

ATIVIDADE	QUANTITATIVO	BENEFICIADOS
Comandos Educativos	94	479.946
Cursos	33	2.190
Palestras	21	4.536
Seminários	6	1.789
TOTAL	154	488.461

Fonte: SAEB/Detran

A Unidade Móvel de Educação para o Trânsito conta com um ônibus que abriga uma réplica de uma cidade, com vias, calçadas, sinalização e demais elementos presentes no dia-a-dia de quem vive em zonas urbanas. O veículo percorre escolas e comunidades promovendo atividades pedagógicas, com noções básicas de trânsito, regras de legislação, respeito ao espaço físico, cooperação e solidariedade para público infantil. O objetivo do programa é promover a cidadania, por meio do trabalho de educação e conscientização dos estudantes, auxiliando na formação dos futuros condutores, visto que os alunos terão a possibilidade de vivenciar situações reais de trânsito, como placas de sinalização, botões de travessia de pedestres, semáforos funcionais e radares.

Destaque especial deve ser dado às palestras realizadas no Centro Educativo de Educação para o Trânsito, com capacidade de atendimento a 400 crianças e adolescentes por dia, concebido para proporcionar um ambiente de aprendizagem. É composto de uma maquete computadorizada que reproduz





o sistema viário da cidade de Salvador, com semáforos, sinalização vertical e horizontal, lombadas eletrônicas, além de um sofisticado sistema de monitoramento de tráfego por meio de minicâmeras.

Os Comandos Educativos referem-se às campanhas realizadas em eventos de grande participação popular, a exemplo do carnaval, micaretas e festas juninas. São ações voltadas para informar o cidadão quanto às boas práticas de segurança no trânsito. Os comandos englobam as campanhas informativas veiculadas em outdoors, bem como as ações empreendidas pela Unidade Móvel de Educação para o Trânsito.

O Detran promoveu a 38ª Semana Nacional de Trânsito, com o tema *Jovem: paz e amor no trânsito*, demonstrando a preocupação dos órgãos estaduais de trânsito com os jovens, os quais, segundo os índices de mortalidade, são considerados integrantes do grupo mais vulnerável e de maior exposição aos riscos de morte em acidentes. A Semana Nacional de



Trânsito é comemorada no período de 18 a 25 de setembro em todo o Brasil, em cumprimento ao Art. 75 do Código de Trânsito Brasileiro.

Também neste sentido, em julho de 2007 foi criado o Fórum Permanente de Discussão sobre Acidentes no Trânsito e Preservação da Vida, como marco comemorativo do Dia dos Motoristas, visando contribuir para a diminuição do índice de acidentes, a partir de orientação aos cidadãos nas questões relativas à segurança no trânsito, seus direitos e obrigações relacionadas à matéria e encaminhamento das reivindicações aos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

8.2 CONTROLE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO

Visando maximizar os resultados na utilização dos recursos públicos e uma melhor prestação de serviços à sociedade, mediante o acompanhamento das ações voltadas para uma gestão dinâmica, moderna e democrática, o Governo do Estado, por intermédio do Detran, empreendeu um elenco de atividades, com destaque para as seguintes iniciativas:

8.2.1 Habilitação de Condutores

Foram promovidas mudanças significativas nos serviços prestados à sociedade, subsidiadas pelos princípios da desburocratização e melhoria do atendimento ao público, trabalhando de forma a simplificar a vida do condutor e dos candidatos à habilitação. A implantação da captura digital, a distribuição de exames entre as clínicas credenciadas de acordo com o endereço do cidadão, a construção do novo local para o exame prático, no bairro da Ribeira, a descentralização da abertura de serviços, como também a realização da prova eletrônica de legislação destinada à renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, nos postos dos SACs Comércio, Boca do Rio, Cajazeiras e Periperi, é reflexo do compromisso do Governo com o cidadão e com seu papel de melhor servir à sociedade.

É crescente o aumento do número de atendimentos em serviços de habilitação, fato que não está diretamente associado ao acréscimo do número de condutores habilitados, vez que o quantitativo de serviços tem sua oscilação afetada por outros fatores, como alteração na legislação de trânsito,

aumento da procura por motocicletas como meio de transporte ou busca da habilitação como passaporte para obtenção de emprego.

Em 2007, o total de serviços de habilitação realizados em todo o Estado foi de 547.036, dentre os quais se destacam: a primeira habilitação, transferência de unidade da Federação, renovação, adição e mudança de categoria e troca da carteira provisória para a definitiva. É importante registrar que a alteração de qualquer das informações do condutor implica na emissão de novo documento.

A Tabela 7 apresenta o quantitativo de carteiras de habilitação expedidas por meio do sistema de Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – Renach, a partir de maio de 2003, indicando todos os documentos de habilitação emitidos ou reemitidos, independentemente da origem do serviço.

Merecem destaque, pelo caráter moralizador da Administração Pública e combate da influência do poder econômico, em defesa do direito de igualdade e interesse público, os seguintes procedimentos:

- Restauração, nos SACs, da distribuição equitativa da demanda por exames médicos necessários aos processos de habilitação, a qual passou a ser atendida, por meio de um esquema de rodízio, por todas as clínicas regularmente credenciadas para a prestação do serviço, pondo fim a anos de monopólio indevidamente concedido a uma clínica específica da rede de credenciadas, em prejuízo injustificável às demais;
- Intensificação do combate à venda de certificados exigidos para aquisição e renovação da habilitação, por meio da fiscalização intensiva dos Centros de Formação de Condu-

tores, empresas credenciadas para a prestação do serviço de cursos de legislação específica, primeiros socorros e direção defensiva e, conforme o caso, a instauração do procedimento administrativo regular para apuração do fato e determinação das sanções aplicáveis, o que pode resultar, inclusive, em cassação do credenciamento; e

- Abertura de processos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir, tendo em vista o cometimento de infrações de trânsito, com o devido respeito ao direito constitucional da ampla defesa e do contraditório, como medida de moralização e efetivação da competência fiscalizadora atribuída ao órgão executivo estadual de trânsito.

8.3 CADASTRO DE VEÍCULOS

Há aproximadamente 50 anos o Brasil iniciava suas atividades na indústria automobilística, hoje equiparada às tecnologias de ponta, em nível mundial. O desenvolvimento dessa área industrial pode ser comprovado pelo crescimento da frota de veículos em circulação, o que, inclusive, se tem percebido, em proporções superiores ao crescimento da população.

Os números evidenciam o aquecimento da economia, o aumento do poder aquisitivo e, como contrapartida, a necessidade de investimento do Estado em infra-estrutura, fiscalização e educação para o trânsito. O crescimento constante da frota de veículos, como se verifica na Tabela 8, exige da administração pública a preocupação de investimento em novas vias para tráfego, diante das necessidades de acesso à mobilidade da população urbana.

TABELA 7 CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO EMITIDAS POR ANO – TODOS OS SERVIÇOS
BAHIA, 2003–2007

ATIVIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2007/2006 %
Emissão de Carteiras	338.073	334.276	364.236	355.887	422.741	18,79

Fonte: SAEB / Detran

TABELA 8 FROTA DE VEÍCULOS
BAHIA, 2006 – 2007

ANO	FROTA	VEÍCULOS LICENCIADOS	%
2006	1.584.993	907.795	57,3
2007	1.765.817	932.963	52,8
TOTAL	3.350.810	1.840.758	54,9

Fonte: SAEB / Detran

O crescimento tem de ser acompanhado com responsabilidade e qualidade em todas as áreas correlacionadas, e, nesse aspecto, o Governo tem mobilizado esforços para a modernização do cadastro, licenciamento e controle de veículos, tendo sido prestados 652.280 serviços desta natureza à população, em 2007, dentre os quais se destacam os serviços de transferência de propriedade, primeiro emplacamento e transferência de unidade da Federação.

Ainda no que diz respeito aos processos de veículos, o Governo do Estado adotou, em 2007, duas iniciativas importantes para eliminar privilégios no emplacamento de veículos:

- Com a publicação da Portaria nº 483, de abril de 2007, foi regularizada a atribuição aleatória do número da placa de identificação de veículos, pondo fim a privilégios indevidamente concedidos com a escolha de “placas bonitas”, segundo a conveniência de certos usuários, o que atentava contra os princípios constitucionais da igualdade, impessoalidade, moralidade e finalidade da Administração Pública; e
- Quanto aos veículos de propriedade da Administração Pública, foi implantado o módulo de controle de placas “sigilosas”, também ditas “veladas”, em estrita obediência ao que prescreve o Código de Trânsito Brasileiro, restaurando a situação legal, em que somente quando estritamente usados em serviços reservados de caráter policial poderão usar placas particulares, o que está sendo concedido a setores restritos da área de segurança pública.

8.4 FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO

No ano de 2007 foi retomado o papel fiscalizador do Governo do Estado por meio do Detran, fundamental ao cumprimento da sua competência institucional de prover a segurança no trânsito, com planejamento e realização de 55 operações de

blitz na capital e no interior, para combate aos veículos e condutores em situação irregular.

8.5 PROJETOS DE SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO

O trânsito nas cidades do Estado da Bahia há muito assumiu proporções de grande complexidade, exigindo intervenções que contribuam para melhor circulação de veículos e pedestres, com mais fluidez e segurança, preservando o direito constitucional de ir e vir do cidadão.

O Detran, em 2007, elaborou projetos objetivando equacionar e racionalizar os problemas de circulação, pretendendo com isto assentar as bases para otimização do trânsito a partir da implementação de ações de engenharia, buscando como objetivos fundamentais: a redução no número de acidentes no trânsito, fluidez no tráfego e melhoria na circulação de condutores e pedestres, como apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2

**PROJETOS DE SINALIZAÇÃO DE
TRÂNSITO
BAHIA, 2007**

REALIZADOS	EM ANDAMENTO
Bom Jesus da Lapa	Alagoinhas
Brumado	Itamaraju
Cachoeira	Lauro de Freitas
Correntina	Mutuípe
Entre Rios	Paulo Afonso
Ibotirama	Prado
Ipirá	Senhor do Bonfim
Jaguaripe	
Livramento de Nossa Senhora	
Maragogipe	
Paratinga	
Salinas da Margarida	
Santana	
Serrinha	
Teixeira de Freitas	
Ubaitaba	
Urandi	

Fonte: SAEB/Detran

8.6 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DETRAN

A descentralização do serviço de vistoria de veículos da sede do Detran, segregando a vistoria realizada para despachante, hoje funcionando no bairro de São Joaquim, promoveu uma substancial melhoria do nível do serviço prestado à população. Também com esse propósito foram concluídas as instalações para realização de provas práticas, no bairro da Ribeira.

No intuito de adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança e desempenho eficiente e, conseqüentemente, prestar um melhor atendimento ao cidadão, com conforto e agilidade, foram realizadas melhorias nas instalações físicas de diversas unidades do interior do Estado – Guanambi, Santa Maria da Vitória, Simões Filho, Itambé, Barra, Itabuna, Alagoinhas, Itamaraju, Ubaitaba, Bom Jesus da Lapa e Camaçari –, de forma a atender à crescente demanda e aos avanços tecnológicos do setor.

Foi promovido, também, o fortalecimento da Ouvidoria do Detran, com o objetivo de atender bem, com presteza e agilidade nas respostas, o que resultou na melhoria significativa no atendimento ao cidadão, permitindo que, do total das manifestações recebidas, 96%, em média, tenham sido resolvidas, apesar de ter uma das maiores demandas, com cerca de 500 registros mensais.

O estabelecimento desse padrão de atendimento cria um canal contínuo de comunicação entre o cidadão e o Detran, buscando contribuições por meio de sugestões, reclamações, críticas, denúncias e elogios. A Ouvidoria produz informações relevantes acerca do desempenho das atividades desenvolvidas, constituindo-se, desta forma, em um valioso instrumento de participação na gestão, na medida em que busca atender às expectativas do cidadão e proporcionar um serviço cada vez melhor.

8.7 CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO

O Conselho Estadual de Trânsito – Cetran é a entidade máxima do sistema de trânsito no Estado e, como tal, tem a função não só de normatizar e julgar, como também coordenar e acompanhar as atividades de administração, educação, enge-

nharia e fiscalização, articulando os demais órgãos do Sistema Nacional no Estado.

Com o objetivo de diagnosticar a situação do trânsito no Estado da Bahia, o Cetran promoveu, no ano de 2007, encontros com os dirigentes de trânsito de todos os municípios integrados ao Sistema Nacional no Estado. Foram identificados os problemas de trânsito, a dificuldade dos municípios em conseguir operá-lo, e também a necessidade de um esforço concentrado para torná-los capazes de desempenhar o seu papel de gestor do trânsito nas cidades.

Verificado que a maioria dos municípios baianos não possui condições de assumir a gestão do trânsito no Estado, o Cetran desenvolveu um projeto de municipalização, visando municípios de condições mínimas para operar o trânsito nas cidades. Inicialmente foi elaborado um Guia Prático de Municipalização, com o objetivo de orientar os gestores públicos sobre as obrigações em relação ao trânsito.

Uma das competências delegadas pelo Código de Trânsito Brasileiro é a da integração dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, assumindo este um papel importante na fiscalização, sendo necessárias instalações de Juntas Administrativas de Recursos – Jaris.

Visando ao aprimoramento, à padronização dos procedimentos e uniformidade na aplicação do Código nos diversos municípios baianos, foi realizado, em julho de 2007, o II Encontro das Jaris, abordando assuntos como fiscalização no trânsito, legislação, procedimentos para os processos administrativos de multas e vivência operacional de uma Junta. Foram cadastradas, em 2007, três Jaris para julgamento dos recursos de multa em primeira instância, nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Caetité e Serrinha.

As atividades realizadas no ano de 2007 visaram, principalmente, à melhoria do trânsito e à transparência nas ações, no que diz respeito a assegurar ao cidadão o direito de questionar os procedimentos adotados pela Administração Pública. O Cetran buscou se estruturar para oferecer ao cidadão condições adequadas para o exercício do seu direito.

Com esse objetivo, no caso de inaptidão permanente constatada nos exames de aptidão física, mental ou psicológica

para obtenção da carteira de habilitação, o CTB prevê a apreciação de recursos e julgamento contra o Detran pelo Conselho de Recursos do Cetran, sendo julgados, no exercício de 2007, 33 processos de recorrentes insatisfeitos com os resultados dos exames médicos do Detran. Como órgão responsável pelo julgamento dos recursos de multa em segunda instância, o Cetran recepcionou um total de 571 recursos.

8.8 SEGURANÇA NAS RODOVIAS ESTADUAIS

As ações desenvolvidas pelo Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia – Derba, nesta área, têm atendido à premissa de executar intervenções que garantam a segurança nas rodovias estaduais, bem como uma melhor trafegabilidade e conforto.

Com este enfoque, foram desenvolvidas atividades educativas para conscientização dos usuários, como treinamento sobre “Educação para o Trânsito” aplicado nas escolas, ações de policiamento realizadas pela Polícia Rodoviária, bem como implantação, reposição e manutenção da sinalização viária.

Objetivando exercer um policiamento mais rigoroso, foram ampliadas as atribuições da Polícia Rodoviária, batalhão especial da Polícia Militar que atua nas estradas por delegação do Derba, responsável legal por esta atividade, que passa a administrar os radares e as praças de pesagens.

Na vertente de investimentos no policiamento e sinalização de rodovias foram gastos cerca de R\$ 3 milhões, até outubro de 2007, sendo R\$ 710 mil com sinalização de rodovias e terminais e R\$ 2 milhões com policiamento e segurança.

Visando à segurança dos motoristas e pedestres, foram desenvolvidos e concluídos estudos para implantação de 138 lombadas eletrônicas, que permitirão a eliminação de grande parte dos quebra-molas existentes, diminuindo o risco de acidentes.

Iniciou-se a operacionalização dos bafômetros, disponibilizados pelo Derba às unidades da Polícia Rodoviária Estadual para melhorar a fiscalização, e foram implantados cinco radares estáticos nos pontos críticos da Linha Verde, definidos pela Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações – Agerba, e Concessionária Litoral Norte – CLN.